

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR DE COMBUSTÍVEIS NA CIDADE DO NATAL

Albert Barcessat Gabbay¹, Anderson Souza da Silva Lanzillo²

Bolsista PRH-ANP_36, albertbarcessat@hotmail.com, ¹Departamento de Direito Público, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ²Departamento de Direito Privado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

MOTIVAÇÃO: Constantemente o consumidor é vítima de abusos. No mercado de combustíveis, essa relação consumidor versus fornecedor não é diferente. Deste modo, a motivação para o presente trabalho fora a análise do papel constitucional da ANP. Outra fator que motivou a elaboração do mesmo fora à análise dos direitos fundamentais do consumidor no mercado de combustíveis, bem como a proteção consumerista no referido mercado na cidade de Natal/RN.

OBJETIVO: O presente trabalho busca delinear a missão da ANP na defesa do consumidor no mercado de combustíveis, tomando como base a Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo. O enfoque se dá principalmente no que diz respeito à proteção do consumidor no supramencionado mercado, especialmente no que tange ao preço, a qualidade e a oferta dos produtos. Desta forma, pode-se observar que o papel da ANP na defesa do consumidor não se restringe apenas a mera análise qualitativa. Além disso, o presente trabalho visa à delineação de aspectos constitucionais aplicados a proteção consumerista no referido mercado. Por fim, definimos como um dos objetivos, o estudo e a análise da normatização brasileira relativa à defesa do consumidor no mercado de combustíveis, assim como verificar sua aplicação com um enfoque principal na cidade do Natal/RN.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: Na atualidade, os combustíveis representam um dos principais produtos gerados pela indústria petrolífera. Desta forma, é de salutar importância o respeito aos consumidores deste mercado. A análise do papel constitucional da ANP na proteção do consumidor possui grande aplicação na indústria petrolífera, tendo em vista que esta é a Agência Reguladora do setor e, delimitar a constitucionalidade do seu exercício apresenta importância significativa. Além disso, sabe-se que o Direito do Consumidor é um Direito Fundamental previsto constitucionalmente, devendo também ser respeitado na indústria do petróleo. Por fim, podemos destacar que uma análise jurídica específica da cidade do Natal tem bastante a contribuir para a proteção consumerista da referida localidade, reduzindo o abuso ao hipossuficiente da relação.

RESULTADOS OBTIDOS: Como resultados obtidos, o presente trabalho delineou com base na Constituição Federal o papel da ANP na defesa dos consumidores do mercado de combustíveis. Além disso, passou por diversos outros aspectos, como a defesa do consumidor do referido mercado como Direito Fundamental até chegar à proteção jurídica em si do consumidor da cidade do Natal, fazendo uma análise mais específica sobre o assunto, onde serão demonstrados os abusos mais recorrentes em âmbito local.